

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS CIDADES-SANTUÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ (BRASIL): Políticas patrimoniais e diocesanas

Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Departamento de Geografia – Universidade Federal do Ceará
cdennys@ufc.br

Resumo

O trabalho desenvolve uma reflexão a cerca das cidades-santuários no estado do Ceará, Brasil, relacionando-as com as questões do patrimônio cultural e da política de modernização das dioceses católicas. O texto tenta identificar uma identidade na gestão de grandes e pequenos santuários no uso estratégico das festividades e do turismo religioso. Mostra como as devoções religiosas populares, embora crescentes vão permanecendo à margem das políticas de incentivo a gestão turística integrada. E após organizar uma série de reflexões a respeito da função emissiva e interativa, sobre a qual o turismo religioso se baseia. O texto indica, no final, alguns encaminhamentos voltados ao planejamento imaginativo das cidades-santuários, de forma a criar condições para o uso e implantação da educação patrimonial, nos espaços públicos e eclesiais.

Palavras-chave: Cidades Santuários; Turismo Religioso; Dioceses; Planejamento

Abstract

CONTEMPORARY CHALLENGES OF SHRINE CITIES IN CEARÁ (BRAZIL): Diocesan Policy and Cultural Heritage

The work develops a reflection about the shrine cities in the state of Ceará, Brazil, relating them to issues of cultural heritage and modernization policy of the Catholic dioceses. The text attempts to identify an identity management of large and small shrines on the strategic use of the festivities and religious tourism. It shows how popular religious devotions, while growing will remain on the sidelines of policies to encourage the integrated tourism management. And after organizing a series of reflections about the function of emissive and interactive, on which the religious tourism is based. The text indicates, in the end, some imaginative planning referrals directed to shrine cities in order to create conditions for the use and implementation of heritage education, in public and church.

Keywords: Shrines Cities; Religious Tourism; Dioceses; Planning

Preliminares

Esse artigo é uma contribuição apresentada na Mesa-Redonda: Promoção e preservação de arte e patrimônio em destinos turístico-religiosos do *II Congresso Ibero-Americano de Destinos Religiosos e V Congresso Internacional de Cidades-Santuário: Que desenvolvimento para os destinos turístico-religiosos?* Fátima, Portugal entre os dias 4 e 6 de junho de 2009. Sua perspectiva é discorrer sobre as relações entre identidade regional.

A construção da identidade regional, no universo hegemônico da modernidade, passa, necessariamente, pelas estratégias de investimento diante do simbolismo religioso. Não basta

afirmar a importância e o valor patrimonial de um equipamento com “resgate” das tradições expressivas de uma “verdadeira alma do povo”. O povo *verdadeiro* corresponde à coletividade; um espaço pulsante de múltiplos interesses. Para essa coletividade, tão complexa e diversificada, só é possível conceber um valor patrimonial legítimo – portanto, mais do que legal - quando tal valor traduz-se em uso didático-pragmático.

Em outras palavras, queremos afirmar, logo no início dessa reflexão, um vínculo direto entre *conservação* e *utilização* dos recursos patrimoniais, tendo em vista uma dimensão privilegiada da religiosidade no fortalecimento desse vínculo: aquela que traduz o sistema de crenças em força motriz para o cultivo e a transmissão coletiva de um valor. Portanto, só vale a pena conservar aquilo que acreditamos vivendo simbolicamente (ritualizando).

As cidades-santuários, nessa linha, tendem a multiplicar-se em função do próprio crescimento de novos ou reconhecimento de antigos santuários tradicionais (Oliveira, 2004). A realidade brasileira, no quadro da Igreja latino-americana, tornou-se um campo fértil de ação pastoral mais efetiva após o encerramento do Concílio do Vaticano II (1962-1965); e sua contextualização crítica favoreceu um olhar sistemático para as localidades mais representativas das demandas sociais e espirituais da população.

Assim, as cidades que já recebiam consideráveis contingentes de fiéis nas festas de padroeiros e cerimônias extraordinárias, passaram a conviver com a explosão de problemas socioambientais provocados pela nova realidade em curso: a urbanização do peregrino desterrado pela galopante migração campo-cidade. Portanto, nos últimos 30 anos as cidades-santuários polarizam paróquias e áreas pastorais predominantemente habitadas por comunidades urbanas. O que não significa, entretanto, tratar-se de comunidades com melhor acesso aos bens e serviços contemporâneos.

O que tem significado essa mudança para os destinos religiosos mais tradicionais no Brasil? Como decodificar tal transformação, particularmente no estado do Ceará, onde dois importantes santuários interioranos, de forte apelo popular e rural – *Nossa Senhora das Dores* de Juazeiro, na diocese de Crato e *São Francisco das Chagas* de Canindé, na arquidiocese de Fortaleza – passaram a conviver com inúmeros eventos religiosos em outras tantas localidades do nordeste? São indagações que mobilizam um conjunto de reflexões decisivas para o planejamento público e eclesial sobre os bens culturais.

Ainda a título de introdução

Considerando a força dos programas governamentais dotados de forte capacidade reprodutiva e frágil reconhecimento dos detalhes decisivos, é possível prever – e por isso mesmo, alertar nesse Fórum – a distorção da idéia de “resgate cultural”. Resgate este que superestima a “experiência acadêmica” do planejador (idealista e generalizante) em detrimento da “vivência” do peregrino (majoritária e mutante).

O presente contributo sugere uma trajetória simples para pontuar uma situação perigosamente complicadora. Prioriza, em sua abertura, a identificação de características marcantes das nove regiões eclesiais do Ceará, evidenciando as particularidades que aguçam o papel político da *devoção ritual* como instrumento de valorização religiosa. Na seqüência, relata o desequilíbrio das iniciativas governamentais que agendam diversas iniciativas de promoção turístico-cultural das localidades (sítios, bairros ou cidades-santuários) sem a devida articulação inter-regional. O que freqüentemente reduz o planejamento do turismo a um “programa de venda dos recursos turísticos” sem qualquer proposta de *ação emissiva*. O que deveria seguir um modelo lógico de cooperação articulada (em redes de intercâmbio regional) fica restrito à oferta de um produto turístico desprovido de infra-estrutura. A preocupação aqui é evidenciar que nenhuma Cidade-santuário precisa restringir-se a um santuário com perímetro urbano ou uma cidade materializada em sacrifícios.

E para fechar a reflexão, destacaremos o papel da *participação ecumênica* sobre a qual as lideranças católicas – fundamentalmente – tendem desenvolver discursos e manifestações teóricas de tolerância civilizada. Entretanto, não disfarçam o franco desconhecimento de posturas poli-educativas, centradas na capacidade de escutar e absorver outras manifestações sacro-profanas usuárias do mesmo espaço santuário. É cada vez mais comum no Estado do Ceará a pressão católica simplesmente atropelar os demais interesses religiosos em nome de uma hegemonia democrática e natural. Com resultados paisagísticos ostensivos e ofensivos. O que requer a revisão de posturas políticas que reconheçam o fato de nenhuma cidade-santuário ser, exclusivamente, uma *cidade de um santo só* ou um feudo católico. São, portanto, esses dois complicadores – advindos do turismo e do fundamentalismo – que gostaríamos de alertar e combater com uma Educação Patrimonial aberta à tolerância e a participação comunicativa plena.

Devoção ritual nas Dioceses do Nordeste I

O ato devocional no catolicismo atende a uma série de práticas sócias conduzidas por um cotidiano cada vez mais moderno, complexo e distante dos ideais religiosos. Sabe-se que essa tendência é crescente e perfeitamente ajustada à conjuntura de um estado laico, no qual a vida estritamente religiosa, na extravasa (no tempo e no espaço mundo) tão somente uma faceta da vida civil. Por extensão, os cargos e encargos missionários, sacerdotais (ou de natureza similar), conferem apenas à comunidades muito específicas certa *autorização* para o exercício devocional mais explícito desse ato. Eis um desafio do espaço público *no* espaço de ação das regiões eclesiais tidas como dioceses.

| Regional Nordeste 1 (Dioceses) | Municípios | População | Implantação | Santuários | | Bispo |
|--------------------------------|------------|------------------------|-------------------------|------------|-------------|--------------------------|
| | | | | Oficial | Não oficial | |
| Crateús | 13 | 375.645 | 28/11/1963 | 0 | 2 | D. Jacinto F.B. Sobrinho |
| Crato | 32 | 950.454 | 20/10/1914 | 1 | 6 | D. Fernando Panico |
| Fortaleza | 30 | 3.696.561 | 06/06/1854 | 5 | 2 | D. Antonio Tosi Marques |
| Iguatu | 19 | 524.935 | 28/01/1961 | 0 | 1 | D. José Doth de Oliveira |
| Itapipoca | 17 | 484.174 | 13/03/1971 | 0 | 2 | D. Frei Roberto Cavuto |
| Limoeiro | 21 | 513.488 | 07/05/1938 | 1 | 1 | D. José Häring |
| Quixadá | 10 | 294.103 | 13/03/1971 | 1 | 1 | D. Adélio J.Tomasin |
| Sobral | 29 | 707.945 | 10/11/1915 | 1 | 2 | D. Antonio F. Saburido |
| Tianguá | 13 | 429.258 | 13/03/1971 | 1 | 2 | D. Fº Javier H. Arnedo |
| TOTAL | 184 | 7.976.563 ¹ | 30/09/1964 ² | 29 | | D. Antonio Tosi Marques |

Figura 01 – Dados da Regional Nordeste 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – disponível em <http://www.cnbbne1.org.br> acessado em 14 de fevereiro de 2009.

À medida que os ritmos de vida e comportamento tende a lidar com a secularização das condutas comunitárias, dentro de um padrão de normalidade (inclusive no campo religioso), como operar a especificidade institucional da Igreja nas práticas devocionais? Como evitar, por exemplo, a justificativa mais pragmática da Sociedade Civil, ao “reduzir” o papel da Igreja à gestão de obras beneficentes ou ao trabalho político de fomento às práticas sócio-educativas?

A resposta manteria um teor paradoxal se ignorássemos um raciocínio teórico balizador, efetuado por autores como Régis Debray (2004), que compreende a Modernidade como filha legítima da expansão do Cristianismo no Ocidente e no Planisfério. O que

¹ Informações demográficas extraídas das estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2004. Atualmente, o mesmo instituto estima em 200 habitantes a mais a população cearense.

² Data de implantação da Regional Nordeste 1 (nesta época ainda incluindo as Dioceses dos Estados de Piauí e Maranhão)

administrativamente, permite-nos continuar associando, em pleno Sec. XXI, a forte identificação das territorialidades federal e diocesana (Figuras 02 e 03).

Portanto é preciso considerar a responsabilidade pública da regionalização católica diocesana para não reduzir as ações de sua hegemonia a uma leitura exclusivamente demonstradora do quanto o conservadorismo perpetua-se no estado democrático. Nenhuma outra instituição religiosa preserva tamanha representação territorial na escala nacional, é verdade. Mas ler esse fato como índice de conservadorismo é cair na questão religiosa, do final do Sec. XIX que demarcou os primeiros anos da República no Brasil. Em outras palavras, isso é considerar a Igreja como “apenas uma entre tantas” instituições religiosas; por sinal, expressiva pobreza de interpretação.

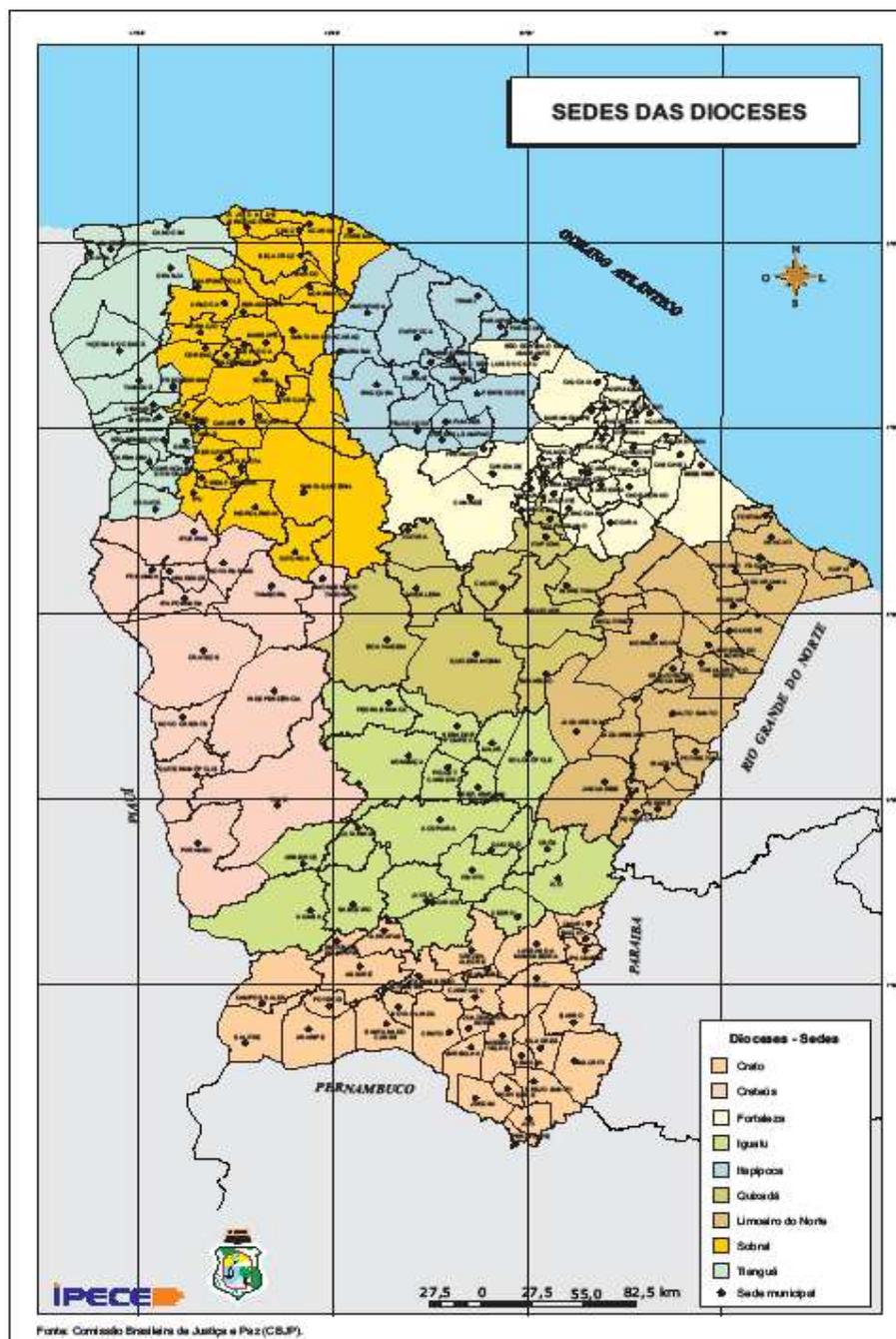


Figura 02 Mapa da Divisão diocesana das 9 regiões do Nordeste I da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br>

O maior “país católico do mundo” deveria ser apreendido como o maior (ou um dos maiores) Estado-Nação de modelagem católica na escala mundo. Isso facilitaria enormemente a compreensão de que o “catolicismo” forja um padrão de gerenciamento dos bens públicos, por intermédio de uma hierarquia de valores particularizados. Assim, tal hierarquia *discrimina*

o que deve ser integrado ao uso *sagrado* (como pertencente a alguém e acessível aos eleitos) do uso *profano* (como pertencente a todos e acessível aos outros).

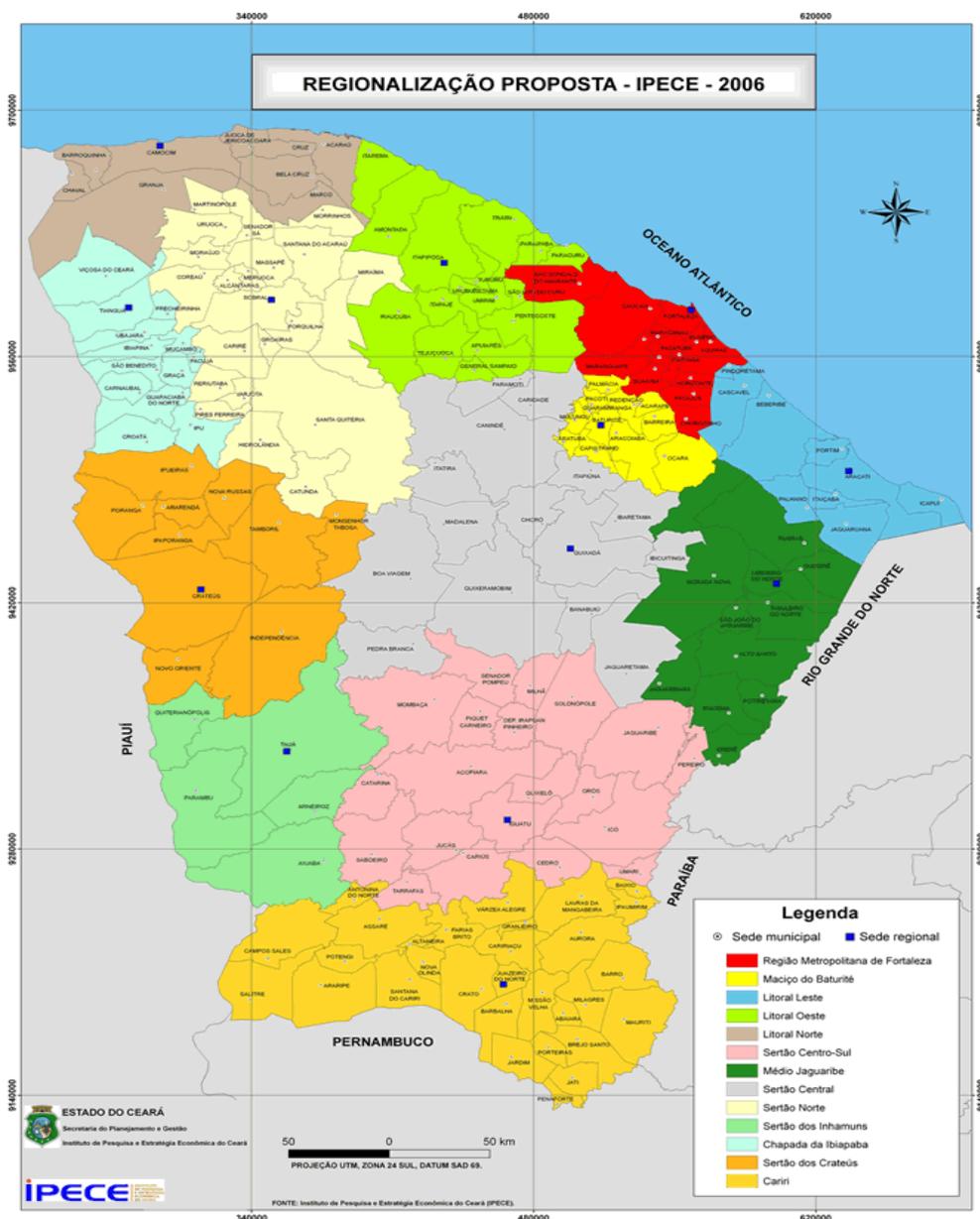


Figura 03 Mapa da Divisão administrativa em 13 regiões e seus respectivos municípios no Estado. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br>

É nessa base discriminatória, perversamente reproduzida no contexto republicano, que a “devoção ritual” se instaura estratégia primordial de seleção dos bens patrimoniais a ser cultuados; Seja como representação arquitetônica marcante da história e cultura artística local (igrejas, conventos, capelas, etc.); seja como manifestação popular de um tempo eleito como sagrado (procissão, festividade, cerimonial). O tombamento é uma canonização pública de bens tangíveis e intangíveis, no contexto das representações regionais. Mas antes do tombamento está o reconhecimento popular de um conjunto quase infinito de bens.

Geralmente, não expostos a discriminação que julga e separa o *sagrado* dos *profanos*. Trata-se de um reconhecimento que cultua tais bens de forma indistinta: sacro-profana. Fomenta assim a criatividade cotidiana na arte de tornar “patrimonial” (especial) os lugares e eventos mais comuns (banais).

Os folguedos populares (cirandas, reisados, maracatus, autos-natalinos, entre tantos) e costumes coletivos (abstinência de carne na Semana Santa ou os sete pulos nas ondas do mar, diante do Ano Novo) são brincadeiras sacro-profanas absolutamente representativas dessa devoção aberta. Expressões “perseguidas” pelas racionalidades institucionais – do Catolicismo e do Estado (cristãos) – por usufruir bem patrimonial em uma conduta *matrimonial*. Ou seja, por dar vida ao patrimônio em um casamento ritual entre o sujeito e o objeto do rito. O patrimônio desta feita não corresponde a um bem (um ente/ entidade) exterior pertencente à Divindade ou à Coletividade; mas cristaliza-se em uma máscara (alegórica ou fantasiosa) capaz de esconder o que *estamos sendo* para revelar (pontual e momentaneamente) o que *efetivamente somos*. Esse é o jogo mítico acessível a todas as comunidades; mas permanentemente reconduzido ao engessamento das tradições que insistem em forjar uma Política Patrimonial não-educativa: criar patrimônio sem *matrimônio*: um bem em si, destituído do *casamento* que lhe inscreva em um campo de significados vivos.

É exatamente esta vitalidade que demarca um conjunto de ações diocesanas incentivadoras de práticas devocionais particularmente comprometidas com a adoração ao Espírito Santo e a veneração à Mãe de Deus. Cerimônias, procissões, santuários e todo um conjunto de eventos, direta ou indiretamente, ligados às rotinas pastorais têm multiplicado o desafio de “evangelização” (leia-se de educação religiosa confessional) para além do corpo místico da Igreja.

Nossa hipótese é de que se projeta articuladamente um ordenamento patrimonial de caráter ecumênico, visando a implementação de uma conciliação entre os direcionamentos canônicos do episcopado regional (em particular a Região Nordeste 1 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) e as demandas pastorais das mais diversas comunidades da igreja popular. Tal ordenamento, contudo, depende do suporte simbólico sistemático (Geertz, 1989) que aproxima de forma permanente tensa o bem religioso do bem artístico. Tensão que revitaliza o patrimônio cristão na contemporaneidade, vivenciando por imitação experiência pentecostal ou dinamizando a especificidade católica nas múltiplas formas de louvor aos Santos e a Nossa Senhora.

Uma observação particularizada sobre os Eventos centrais das 8 dioceses interioranas é capaz de registrar, de forma mais efetiva, a estratégia de investimento no catolicismo mariano.

A Diocese do Crato, abrangendo os municípios sulistas dos sertões do Cariri, esforça-se pela reabilitação sacerdotal da figura histórica de Cícero Romão Batista a partir do reconhecimento de que a “heresia” a ele atribuída, há mais de cem anos, não passou de um “mal entendido”; embora, plenamente captado e compreendido pela devoção nordestina à Nossa Senhora (das Dores e das Candeias). As festas de setembro e fevereiro, abrindo e fechando o grande ciclo anual das romarias são objetos centrais de repactuação da diocese com o poder público. Principalmente porque a região contém um verdadeiro caldeirão de saberes populares que fazem de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR) o maior pólo patrimonial do interior Cearense.

Mas o fomento à devoção mariana não se reduz ao predomínio de grandes e massivos santuários. Construções de porte muito variado e atendimento, mais ou menos local, vão sendo pulverizadas pelas Dioceses de Crato, Iguatu, Crateús, Limoeiro do Norte e Sobral. Especialmente em duas outras Dioceses – Tianguá (reunindo 13 municípios, na divisa noroeste com o estado do Piauí) e Quixadá (envolvendo 10 municípios do Sertão semiárido central) a produção de novos espaços fixos para esta materialização patrimonial como fator educativo essencial, impõe-nos a percepção de uma tônica modeladora para a devoção ritual: os santuários de Fátima da Serra Grande, no município de São Benedito e de Mãe-Rainha do Sertão, em plena sede diocesana de Quixadá, garantem uma atração de devotos e visitantes em crescimento progressivo (miraculoso?). Qual a probabilidade da política patrimonial católica multiplicar, em curto espaço de tempo seus santuários na escala urbana?

A Arquidiocese de Fortaleza (bem mais antiga e populosa que as demais) promove um caminho tortuoso de resposta a essa pergunta, transferindo a dinâmica patrimonial diocesana para a escala metropolitana. Além do robusto e popular Santuário de São Francisco das Chagas em Canindé (a 110 km de Fortaleza) – marcadamente rural e interiorana – uma série de processos devocionais contemporâneos amplia a efervescência devocional e aponta para o reconhecimento de que uma rede de bens patrimoniais católicos consolidaria em breve uma verdadeira metrópole-santuário no estado. A lista de eventos/localidades que reunimos na figura 03 serve, inicialmente, como ilustração ao argumento exposto. Os problemas urbanos das cidades-santuário tendem a racionalizarem-se, mediante a urbanização mais sustentável e articulada dos eventos ali promovidos. Contudo essa articulação demanda uma

educação patrimonial efetivada na vivência sacro-profana do patrimônio; e não em seu planejamento fundamentalista (preservacionista *stritu sensu*).

| Evento/Local | Característica |
|---------------------------------------|--|
| Caminhada com Maria | Procissão de 800 mil pessoas – em 7 km – por ocasião do encerramento da Festa de N. S. da Assunção – feriado na capital. |
| Haleluya | 5 dias Festival de música Gospel promovida pela Renovação Carismática Católica |
| Queremos Deus | Show-missa no Estádio Plácido Castelo reunindo 60 mil pessoas |
| Condomínio Espiritual Uirapuru | 20 associações católicas reunidas em uma fazenda urbana |
| Retiros de Carnaval | Concentrações específicas de louvor |
| Santuários de Edwirges | Locais de peregrinação em Fortaleza e Caucaia – 16 de cada mês |
| Santuário de Fátima | Local de visita da imagem peregrina de Fátima – 13 de cada mês |
| Imagens monumento | Imagens de N. S. de Assunção, Fátima e S. Edwirges em praças públicas |
| Devoções aos santos padroeiros | 90 paróquias diferentes no município, metade devotada a Maria |
| Santuário de Chorozinho | Devoção a N. Senhora da Conceição |

Figura 04 – Seleção de eventos e localidades da Arquidiocese de Fortaleza com forte demanda devocional, dinamizados nos últimos 15 anos.

Ação emissiva e planejamento turístico

A questão devocional exposta até aqui não se restringe à dinâmica patrimonial católica. Os mais diversos exemplos de espetáculos religiosos – extensivos às confissões evangélicas, espíritas, afro-descendentes ou mesmo no âmbito das religiões da Nova Era – cooperam para pensar a valorização patrimonial vinculada ao paradoxo do sagrado x profano. Talvez não constituam uma representação numérica tão evidente e ostensiva como dos eventos católicos, no contexto específico do território cearense onde a identificação religiosa com a Igreja Romana permanece com proporções superiores a $\frac{3}{4}$ da população³.

Entretanto, no bojo do planejamento do espaço público, que interpretamos como *cidade-santuário*, o desafio ampliado para gestão dos serviços e equipamentos deve considerar o peso da representação externa ao campo religioso no intuito de reconhecer *outros* devotos como *reais visitantes*. Se a participação no evento católico dá-se de forma massiva, com semelhantes regras de segurança, controle espaço-temporal e interesses mercadológicos, o tratamento do Poder Público não poderia ser outro que não uma Política de Turismo, educativa e sustentável. Afinal, independentemente da adesão religiosa (interior e

³ Fortaleza sendo a 4º cidade do Brasil em população poderia ser reconhecida como a área metropolitana com maior percentual de habitantes declaradamente “católicos”, seguindo as projeções do Censo de 2000 (IBGE). Todavia, pelo crescimento mais acelerados dos “evangélicos” e dos que se dizem “sem-religião”, esse número pode modificar-se significativamente para os próximos estudos.

peçoal) existe uma prática social civil que acessa o religioso em seu domínio público. E que, portanto, tem de respeitar as demais religiosidades, não apenas no acompanhamento orgânico dos eventos específicos; mas no reconhecimento ativo de que a todo o processo de visitação turística efetiva manifesta uma necessidade elementar da sociedade contemporânea: viver e aprender em movimento.

O que constatamos no acompanhamento da maioria desses eventos patrimoniais diocesanos – com destaque para as grandes romarias em Juazeiro do Norte, Canindé e São Benedito – contudo, pauta-se pela reativa ausência da política de turismo interno. A questão “óbvia” para o poder público (e seu aparato técnico) é: **“esse” turismo religioso é feito por gente daqui (cearenses e nordestinos) com pouco ou nada de dinheiro para gastar!**

Resultado: os mais de 2 milhões de visitantes anuais em Juazeiro são simplesmente desprezados da estatísticas e dos programas turísticos estaduais. A existência de desafios para fomentar a interiorização do turismo no estado do Ceará – mesmo com o estímulo à qualificação de produtos e serviços pautados pelo Plano Nacional de Turismo (PNT 2007-2011) do Ministério do Turismo e do Programa de Regionalização (sistematizado pelo Governo Federal do Brasil em 2004) – ainda beira os limites da incompreensão. Não se percebe o capital humano e institucional da estrutura religiosa em converter demandas devocionais em desenvolvimento. E o motivo é simples (mas paradoxalmente ininteligível pelo discurso turístico brasileiro): é conveniente reproduzir uma visão de que o turismo é motivado *apenas* pelos atrativos naturais (das praias, do sol, da hospitalidade e das tradições nordestinas). Assim o mínimo de investimento precisa ser feito a partir das estruturas internas (públicas ou privadas). E, conseqüentemente, todo é qualquer turismo resultante será computado no lucro desse extrativismo imediato.

Todo trabalho patrimonial de ação (educação e evangelização) das dioceses caminha em sentido oposto a essa tendência, no turismo, ao exercício sistemático de fazer *política pública predatória*. Corresponde um permanente exercício de integração dos processos eclesiais para a construção de uma igreja global. O que transforma cotidianamente os intercâmbios comunitários em movimentos turísticos sustentáveis. Daí a percepção estratégica de que criar um produto turístico – no âmbito diocesano – é fomentar uma ação emissiva, ou seja, uma ação de fomento à visitação externa para. Considerando o universo da cristandade, é fundamental raciocinar porque Roma precede a Jerusalém como referência urbana central. Porque a construção do patrimônio forja um exercício necessariamente artificial de conquista e identidade com o que é do outro (inicialmente); até se tornar nosso por força do intercâmbio.

Participação macro-ecumênica nos eventos religiosos: *Visitar para Comunicar*.

É interessante notar como nas grandes romarias à Juazeiro do Norte e na representação popular de *Padim Ciço* (como os romeiros se referem ao patriarca Cícero Romão Batista), pernambucanos, alagoanos e paraibanos se sentem mais em casa que os nativos do próprio estado do Ceará. O raciocínio apenas quer sedimentar que a política diocesana demonstra uma capacidade logística superior na turistificação de seus bens patrimoniais. O desafio é verter essa demonstração em política pública integrada, a fim de mitigar os problemas eclesiais e socioambientais simultaneamente.

Para tal finalidade, concorrem decisivamente algumas composições inovadoras no tratamento da administração patrimonial. Daí pensarmos em meios para constituição política planejamento imaginativo. O que ultrapassa a noção de planejamento transacional de Molina e Rodrigues (2001). O item a seguir lista tais composições sob o título de *participação macro-ecumênica*. Aqui entendida como a participação que transcende as regras eclesiais do cristianismo, indo ao encontro da construção sacro-profana como princípio popular (contemporâneo) de convivência pública. É nesse âmbito que uma série de intervenções técnicas no “espaço sagrado” pode ser proposta e implantada. Em contra partida, outra série de manifestações caracterizáveis como expressões do “espaço profano” encontram respaldo para veiculação sem marginalizações descabidas. Pensemos colocando-as em tópicos para discussão.

- Incentivo a participação de outras confissões religiosas, em momentos e locais que não firam os ritos católicos mais específicos => construção de um exercício explícito de respeito às leituras diferenciadas das tradições locais.
- Recrutamento de serviços públicos locais para colaboração na infra-estrutura informativa do evento => escolas da região, por exemplo, deveriam operar, com sua comunidade, em serviços direcionados à sinalização, ao marketing público e ao serviço social.
- Preocupação dos organizadores e lideranças religiosas com o aproveitamento sistemático do tempo para diversificados interesses => além das compras e do uso comercial do evento, o momento das visitas deve instruir à diversificação de lazeres e ocupações culturais. O Horto de Juazeiro, onde se encontra a estátua de Padre Cícero, corresponde um geotope, ou seja, uma área demonstrativa do Geoparque do Araripe (única região geológica tombada pela UNESCO no continente americano).

- Construção de uma rede de estudos sistemáticos das manifestações devocionais e peregrinações em todo o Nordeste do Brasil, produzindo um balcão de informações para compreensão e qualificação do fenômeno => neste sentido, acelerando a substituição do sacrifício (tradicional e humilhante do romeiro) por um *sacro-ofício* composto de múltiplos organizadores. Inclusive daqueles que podem gerar informações nos locais de partida do peregrino.
- E para finalizar, a convergência virtual das informações e registros para os portais da internet (públicos e religiosos), exercitando experiências de educação patrimonial a partir da oferta de imagens e orientações direcionadas para essa finalidade.

Pensamos ser possível a multiplicação desse processo em outros estados e países, conforme as devidas adaptações de demanda. E já estamos trabalhando no contexto do estado do Ceará para que os agentes públicos e eclesiais cadastre os espaços devocionais com a finalidade de transformar políticas parciais de patrimônio em programas de Educação Patrimonial.

Referências Bibliográficas

- ABUMANSUR, Edin Sued (Org.). *Turismo Religioso: Ensaio antropológico sobre religião e turismo*. Campinas: Papirus, 2003.
- BAZAN, F. G. *Aspectos Incomuns do Sagrado*. São Paulo, Paulus, 2002.
- BELLO, Ângela, A. *Culturas e Religiões: Uma Leitura fenomenológica*. Bauru: Edusc, 1998.
- BRASIL. EMBRATUR *Turismo Religioso: Roteiros da Fé Católica no Brasil*. Brasília, 2000.
- CERIS-CRB-CNBB. *Anuário Católico do Brasil – 2009*. São Paulo. Promocat. 2009.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis, EDUSC, 1999
- DIAS, Reginaldo. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo; Saraiva. 2006.
- SILVEIRA, Emerson (Orgs.). *Turismo Religioso: Ensaio e Reflexões*. Campinas: Alínea, 2003.
- DEBRAY, R. *Deus um itinerário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GASTAL, Suzana; CASTROGIOVANI, Antonio (Orgs.). *Turismo na Pós-modernidade (des)inquirições*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

- HERVIEU-LÉRGER, Daniele. *O Peregrino e o Convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOLZER, Werther A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto L. (Orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço* Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- JACOB, C. [et. AL] *Religião e Sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.
- LEMONS, A.; SILVEIRA, M.L. ARROYO, M. *América Latina, Cidade, Campo e Turismo*. Buenos: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- MAFESOLI, M. *O Ritmo da vida: Variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-Moderna*. São Paulo, Paulinas, 1995.
- MASSEY, Doren. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOLINA, S.; Rodriguez, S. *Planejamento Integral do Turismo*. Florianópolis, Bauru: Edusc, 2001.
- MOREIRA, D. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002
- NASCIMENTO, M; RUCHKYS, U; MANTESSO-NETO, V. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo, trinômio importante para a proteção do patrimônio Geológico. Sociedade Brasileira de Geologia. UFRN, 2008.
- OLIVEIRA, C. D. M. de. *Basílica de Aparecida: Um templo para a Cidade-Mãe*. São Paulo: Olho D'água, 2001.
- _____ *Turismo Religioso*. São Paulo: Aleph, 2004
- PIERUCCI, A; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRANDI, C; FILORAMO, C.: *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.
- RAFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- RIPOLL, Graciela. *Turismo Popular: Investimentos Rentáveis*. São Paulo: Roca, 2003
- RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do Imaginário*. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2003
- SANTOS, Maria da Graça M. Poças. *Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo Geográfico de Fátima*. Estoril: Principia, 2006.

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa; LUCHIARI, M^a Tereza. (Orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

SILVA, Aldo; GALENO, Alex. (org). *Geografia: ciência do complexus*. Porto Alegre, Sulina, 2004.

SPÓSITO, Eliseu S. *Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo. Ed. Unesp. 2004

VALLA, Victor, V. (org). *Religião e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.